

A SOCIALIZAÇÃO
PROFISSIONAL DOS
MILITARES BRASILEIROS:
NOTAS SOBRE UMA
INVESTIGAÇÃO
ANTROPOLÓGICA NA
CASERNA

Celso Castro

Este artigo relata uma experiência de investigação antropológica sobre o processo de socialização profissional a que são submetidos os cadetes do exército brasileiro durante o curso da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), único estabelecimento responsável pela formação básica de oficiais de carreira no Brasil. O principal assunto focalizado é o modo pelo qual os cadetes apreendem mecanismos simbólicos que os diferenciam do mundo civil. Atenção especial será dada a algumas questões de método relativas a essa investigação, em particular a observação participante e a realização de entrevistas. Finalmente, faço alguns comentários sobre a recepção dos resultados da pesquisa.

Este artigo apresenta alguns aspectos da pesquisa que realizei sobre o processo de socialização profissional a que são submetidos os cadetes do exército brasileiro durante o curso de quatro anos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), localizada na cidade de Resende, a 170 km do Rio de Janeiro.¹ Trata-se do único estabelecimento de ensino superior responsável pela formação básica de oficiais de carreira no Brasil. Essa investigação foi desenvolvida durante um curso de mestrado em antropologia social no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e posteriormente publicada em livro (Castro 1990). O trabalho de campo foi realizado em 1987-8 e envolveu observação participante, entrevistas orais confidenciais com cerca de 50 alunos, ex-alunos e oficiais, e utilização de documentos de arquivos. Guardadas as especificidades do caso brasileiro, espero que essas observações possam servir como referência comparativa para estudos sobre militares em outros países e contextos históricos.

Inicialmente, é importante assinalar a importância dos militares na história brasileira. Participantes ativos na política durante todo o período republicano (inaugurado com um golpe militar em 1889), os militares estiveram no controle direto do poder executivo entre 1964 e 1985. Desde então, e principalmente no período em que desenvolvi a investigação, a instituição militar no Brasil tem passado por dificuldades na definição de sua identidade social. A herança dessa experiência autoritária, principalmente a atuação de setores das forças armadas na repressão política, ainda constitui um dos pon-

¹ Este artigo é decorrente de minha participação na jornada de debate "Antropologia e Organizações: Práticas e Contextos", promovida pelo Centro de Estudos de Antropologia Social do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (CEAS/ISCTE), Lisboa, 11/11/2004. Sou muito grato a Graça Índias Cordeiro e a Susana Durão pelo convite e pela acolhida. Durante o curso de mestrado que deu origem à investigação de que trata este artigo fui orientado por Gilberto Velho, a quem renovo os agradecimentos por todo o estímulo e confiança que sempre me transmitiu.

tos mais sensíveis da memória histórica brasileira contemporânea. Embora tenham permanecido subordinados ao poder civil desde 1985, os militares não conseguiram uma função social claramente definida e têm sofrido a perda de prestígio decorrente, em grande parte, da atuação das forças armadas durante o "regime militar". Isso se deve, em parte, à lembrança então ainda muito recente do período autoritário, em parte às dificuldades de se atribuir à profissão militar uma posição proeminente num país sem ameaças claras na área de defesa, como é o caso do Brasil.

Nesse contexto histórico, a experiência de entrevistar militares não era, absolutamente, algo trivial. Foi a primeira em que um pesquisador civil brasileiro pôde desenvolver uma pesquisa acadêmica dentro de um estabelecimento estritamente militar no Brasil, sem nenhum compromisso com as forças armadas. Apesar da relevância do assunto, é mínimo o número de estudos de cientistas sociais sobre a instituição militar em seus aspectos cotidianos, e não sua atuação política.² No entanto, embora a pesquisa tenha se encerrado há quinze anos, acredito que as principais teses do livro continuam válidas para a compreensão da formação dos oficiais do exército ainda hoje, pois se referem a processos sociais de longa duração.

Apresento a seguir três aspectos da pesquisa: 1) a maneira pela qual os cadetes apreendem mecanismos simbólicos que os diferenciam do mundo civil, e de que maneira a interação social nesse "mundo de fora" pode contribuir para a desestruturação da identidade social que se pretende construir na AMAN; 2) uma comparação da experiência dos cadetes de hoje com as de outras gerações de cadetes, apreendidas através de entrevistas com antigos alunos; e 3) alguns aspectos práticos e talvez específicos da pesquisa em uma instituição militar. Finalmente, faço alguns comentários sobre a recepção dos resultados da pesquisa.

Militares e "paisanos"

Um ponto comum aos cientistas sociais que escreveram algo sobre as academias militares, principalmente as estadunidenses, é o destaque que dão à *intensidade* do processo de socialização profissional militar, combinada ao fato de que esse processo ocorre em relativo isolamento ou autonomia. Por isso, comparada a outras profissões, a militar representaria um *caso-limite* sociológico, contribuindo para uma grande coesão ou homogeneidade interna ("espírito-de-corpo"), mesmo que frequentemente ao preço de um distanciamento entre os militares e o mundo civil.

² Na antropologia, foi seguido apenas pelo livro de Leirner (1997). Outra pesquisa que se utilizou de métodos antropológicos foi a tese de doutorado em educação de Takahashi (2002).

Para Janowitz a educação numa academia militar é a experiência mais crucial de um soldado profissional, e isso deve-se em grande parte a uma transição da vida civil para militar, que é “abrupta e súbita, e por isso mesmo freqüentemente parece repulsiva aos que estão de fora” (1971: 129). Para Masland e Radway, o ingresso na instituição é uma espécie de “tratamento de choque destinado a impressionar o novo cadete com a ruptura que ele efetuou em relação à vida civil” (1957: 199). Para Berger e Luckmann, a socialização militar fornece um dos principais exemplos sociológicos da “alteração”, uma forma particularmente intensa de socialização secundária, na qual o indivíduo “muda de mundos” e há uma “intensa concentração de toda interação significativa dentro do grupo” (1978: 209). Para Dornsbuch, as academias militares constituem-se no “exemplo extremo” de uma “instituição assimiladora” (*assimilating institution*): “Ela isola os cadetes do mundo de fora, ajuda-os a identificar-se com um novo papel, e assim muda sua autoconcepção” (1955: 321). Vidich e Stein (1960) vêem o processo de tornar-se um soldado como uma “dissolução” da identidade civil anterior e a aquisição de uma nova identidade militar. Num sentido próximo, Mills afirma que a “iniciação severa” nas academias militares “revela a tentativa de romper com os antigos valores e sensibilidades civis, para implantar mais facilmente uma estrutura de caráter o mais nova possível” (1975: 232).

Vários autores classificaram as academias militares como *instituições totais*, entre os quais Doorn (1975: 40), Carvalho (1978: 183) e Barros (1978: 18 e 106). O termo “instituição total” foi utilizado por Goffman para designar “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (1974: 11). Para Goffman, o interesse sociológico das instituições totais reside em que elas são “estufas para mudar as pessoas: cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu” (1974: 22). Ele inclui as academias militares como exemplos de instituições totais (1974: 25 e 55), embora utilize como referências básicas as prisões e os manicômios.

No entanto, creio que se perde mais do que se ganha ao classificar dessa forma as academias militares, pois as divergências com o modelo de Goffman são grandes, apesar de várias semelhanças formais. Em primeiro lugar, inexiste uma divisão rígida entre “equipe dirigente” e “internados”, como vimos ao examinar algumas características da hierarquia militar. Em segundo lugar, Goffman deixa claro que nas instituições totais não se busca uma “vitória cultural” sobre o internado, mas a manutenção de uma tensão entre seu mundo doméstico e o mundo institucional, para usar essa tensão persistente como “uma força estratégica no controle de homens”. Numa academia militar busca-se justamente uma “vitória cultural” e não criar uma “tensão persistente”: a academia é claramente vista como um local de

passagem, um estágio a ser superado. Em terceiro lugar, Goffman trata principalmente dos estabelecimentos de participação compulsória. Numa academia militar, ao contrário, só fica quem quer.

Ao escreverem sobre a construção da identidade militar, vários dos autores acima mencionados definiram a identidade militar antes por seus elementos, traços, regras e comportamentos do que pelos modos de articulação do sentido, que são a própria condição de existência desses elementos. Creio que a instituição militar apresenta uma armadilha para o pesquisador, por possuir um recorte morfológico extremamente claro – muros vigiados, uniformes e muitas outras barreiras simbólicas e físicas evidentes. Sem dúvida a morfologia da instituição, seu aspecto, digamos, mais “sociológico”, não pode ser desprezado pelo pesquisador. Mas é preciso resistir à tentação de sobrepor à morfologia da instituição um inventário de elementos, traços e regras constituintes da identidade militar. O desafio é perceber não “o que é”, mas “como é” essa identidade, quais são seus mecanismos simbólicos.

Na AMAN os cadetes vivem um processo de socialização profissional durante o qual devem aprender os valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar. Mais do que através de aulas e textos, é principalmente através da interação cotidiana com oficiais e outros cadetes que eles aprendem como é ser militar.

Desde o início os novos alunos vivem uma brusca e intensa ruptura com a vida anterior. Especialmente durante o primeiro ano, em que são tratados informalmente por “bichos”, eles sofrem grande pressão tanto física quanto psicológica por parte dos oficiais e cadetes mais antigos, sendo a humilhação verbal por parte dos primeiros e o trote³ por parte dos últimos os principais componentes. O curso da AMAN pode ser visto como um ritual de passagem que tem por objetivo destruir a identidade civil anterior e desenvolver nos indivíduos o “espírito militar”. O fato de que o curso se desenvolve em tempo integral, em regime de internato e com poucos períodos em que o cadete pode sair da AMAN contribui para que os objetivos da instituição sejam alcançados.

O componente fundamental da nova visão de mundo é uma clara distinção entre as características atribuídas ao mundo militar, o “aqui dentro”, e as atribuídas ao mundo civil, ou o “lá fora”. O termo pejorativo usado informalmente entre militares quando se referem aos civis – “paisanos” – já indica que as características negativas e positivas são atribuídas, respectivamente, aos civis e aos militares. Por exemplo, enquanto os militares seriam em geral ativos, disciplinados, respeitosos, altruístas e preocupados com a

³ “Trote”: praxe.

pátria, os “paisanos” seriam em geral preguiçosos, indisciplinados, individualistas e ocupados apenas com seus próprios interesses.

Ou seja, a mensagem que se transmite é a de que em geral os militares são não apenas diferentes dos civis, mas que também são melhores: uma elite, fundada sobre princípios éticos e morais corretos e sãos. Dentro dessa visão, o modo de vida militar seria superior ao civil porque fundado na experiência da preeminência da sociedade, do conjunto, sobre os indivíduos. A carreira militar é representada como uma “carreira total”, um mundo coerente, repleto de significação e onde as pessoas “têm vínculos” entre si. Essa experiência totalizadora é o núcleo da nova identidade militar, e reafirmada cotidianamente através do companheirismo que se desenvolve entre os cadetes nas atividades físicas, nos alojamentos, nos exercícios militares e em outros momentos do dia-a-dia na AMAN.

No entanto, a competição escolar por melhores notas e conceitos, que se traduz em vantagem sobre os outros colegas durante toda a carreira militar, por vezes contribui para colocar em xeque a visão ideal do mundo militar que se pretende construir. A instituição esforça-se por passar a imagem de uma “competição sadia” que leva à formação de uma escala de méritos individuais a partir da igualdade de condições para todas as pessoas num momento inicial, mas o cotidiano da intensa competição escolar entre os cadetes pode atuar como sério obstáculo.

Há, todavia, um elemento mais perigoso que pode desestruturar a visão ideal da carreira militar assumida pela instituição: a interação social no “mundo de fora”, o mundo dos “paisanos”. Durante os poucos períodos de férias e licenciamentos durante os quais os cadetes deixavam a AMAN, eles freqüentemente eram expostos à desconfiança, animosidade ou desprezo por parte de amplos setores da população civil. Um caso ocorrido com um cadete durante o período de férias serve de bom exemplo. Ele conheceu uma garota e logo começaram a namorar, mas ele não disse que estudava na AMAN; o cabelo crescido não o denunciou. No entanto, na véspera da volta à AMAN ele teve que cortar o cabelo curto conforme o padrão militar, o que revelou à namorada sua condição de militar. Ela na mesma hora desmanchou o namoro. Muitos outros exemplos menos drásticos poderiam ser citados.

A maioria dos cadetes exprime com bastante clareza e desconforto a sensação de um descompasso entre eles e os jovens civis. Para lidar com isso, a opção preferida por uma significativa parte dos cadetes é o desejo de cursarem um curso universitário civil, após o término do curso da AMAN e paralelamente ao início da carreira militar. A instituição militar, no entanto, não facilita nem estimula de forma alguma esse desejo, e apenas um pequeno número conseguirá conjugar as duas coisas. Como a instituição poderá lidar com esse descompasso é ainda uma questão em aberto.

Permanências e mudanças

Um dos resultados mais significativos da pesquisa foi a descoberta de que o padrão de socialização profissional na AMAN permaneceu praticamente inalterado desde o início da década de 1930. Um fenômeno de tão longa duração é sem dúvida único entre as instituições profissionais brasileiras. Isso pôde ser percebido através da consulta de arquivos (tanto privados quanto os da instituição), da leitura de livros de memórias de antigos alunos e, principalmente, através de entrevistas com militares que foram cadetes entre as décadas de 1930 e 50, coronéis e generais já na reserva quando os entrevistei.

Procurei fazer a esses antigos cadetes as mesmas perguntas que fiz aos cadetes que entrevistei na AMAN, versando sobre assuntos cotidianos como estudo, trotes, punições, competição e companheirismo entre os alunos. Como resultado, pude perceber que experiências tão afastadas no tempo são quase imediatamente acessíveis uma à outra; a continuidade entre elas é um fato que, creio, chamaria a atenção de qualquer investigador.

No entanto, há uma diferença significativa: a experiência dessas diferentes gerações de cadetes *fora* da AMAN. Sem exceção, todos os antigos cadetes entrevistados apontaram uma forte perda de status e prestígio social no mundo civil do presente, ao contrário do que ocorria em suas épocas. Histórias de como os cadetes faziam sucesso entre as garotas, de como gostavam de passear e ir fardados a bailes podem conter uma distorção nostálgica, mas fazem um claro contraste com as experiências muitas vezes desagradáveis que os cadetes encontram no mundo civil presente. Essa diferença é importante. Se na época da investigação havia uma camada de generais e coronéis – chefes e comandantes militares de altos escalões – que ingressaram na Academia Militar e formaram seu “espírito militar” ainda sob a égide do prestígio da farda, existia uma outra camada de jovens oficiais que se iniciaram na profissão convivendo com situações de baixo prestígio da farda entre os civis.

Para explicar isso, os antigos cadetes das décadas de 1930 a 50 apontavam às vezes para mudanças mais gerais nos valores sociais, outras vezes para um suposto declínio do nível socioeconômico dos candidatos ao oficialato do exército. Acredito que a atuação dos militares no governo entre 1964-84 também contribuiu fortemente para essa perda de status e prestígio social entre os civis. Gostaria, no entanto, de chamar a atenção para uma tendência histórica impressionante da composição do quadro de oficiais do exército: o crescente recrutamento entre filhos de próprios militares. Em 1941-43, 21,2% dos novos alunos eram filhos de militares; em 1962-66 o número subiu para 34,9%, em 1984-85 atingiu 51,9% e em 2000-02 manteve-se em 45,4%. Examinados mais de perto, podemos ver que, pelo menos da década de 1970 em diante, entre 60 e 70% desses cadetes são filhos de sargentos. A questão,

portanto, deixa de ser qual o nível socioeconômico dos cadetes, e sim o porquê de tamanho aumento do recrutamento endógeno. Esses dados caracterizam um progressivo fechamento e isolamento da instituição militar em relação à sociedade civil – o que, somado ao isolamento político que se seguiu ao fim dos governos militares, formou a base sociológica da crise de identidade institucional que se seguiu.

Um antropólogo na caserna

Para dar início à pesquisa na AMAN, consegui a autorização do general que ocupava o posto mais alto no sistema de ensino do exército, a quem não conhecia. Para tanto, escrevi uma carta expondo em linhas gerais o trabalho que gostaria de fazer e deixando claro meus objetivos acadêmicos. A autorização foi concedida com surpreendente facilidade e comunicada ao comandante da AMAN que, mesmo a contragosto, acatou a determinação.

Ter autorização superior foi fundamental para a realização de entrevistas com os cadetes, bem como para a utilização de outros métodos de pesquisa, como a observação participante. Numa instituição estruturada em rígidos princípios hierárquicos, a permissão dada pelas instâncias superiores torna-se um pré-requisito à livre realização de entrevistas.⁴

Ao conseguir autorização para pesquisar na AMAN, imaginava ser possível encontrar uma tentativa de controle da instituição sobre o processo e os resultados da pesquisa, desinteresse ou desconfiança por parte de cadetes e oficiais. Nada disso aconteceu. Desde o início tive grande liberdade de ação, podendo, por exemplo, realizar entrevistas sigilosas e presenciar atividades escolares, incluindo a participação em um exercício de guerra. O único obstáculo foi o de que eu permanecesse nos alojamentos de cadetes. Fiquei hospedado no hotel interno da AMAN, com exceção de um período na casa de um oficial, na vila militar.

O contato com os cadetes para a realização de entrevistas era geralmente feito através de capitães e tenentes, que ficavam responsáveis por avisar seus comandados sobre a pesquisa e recrutar voluntários para serem entrevistados. Já nas primeiras entrevistas ficou claro, no entanto, que nem todos eram efetivamente voluntários. Alguns eram escolhidos pelos oficiais, embora a maioria tenha se oferecido voluntariamente. Além disso, no início, eu era tratado com formalismo por parte tanto dos oficiais quanto dos cadetes. Insisti diversas vezes com oficiais dizendo que os cadetes deveriam ser *realmente* voluntários, mas isso nem sempre produziu resultados. É impor-

⁴ Ver também Leirner (1997), com quem concordo a respeito da importância de se considerar, no desenvolvimento da pesquisa, a hierarquia enquanto princípio norteador da instituição militar.

tante mencionar que não eram escolhidos apenas alunos considerados bons. Por diversas vezes, oficiais indicaram cadetes que consideravam de “espírito militar fraco”, para que eu pudesse assim ter uma idéia geral representativa do conjunto de cadetes.

Essa situação alterou-se após a minha participação num exercício de guerra, fardado, integrando uma “patrulha” de dez cadetes durante dois dias. O fato foi muito comentado na AMAN, sempre de maneira favorável. Sem que me desse conta, participar desse evento representou um rito de passagem. A partir de então, o número de voluntários autênticos aumentou, vários oficiais ofereceram-se espontaneamente para colaborar, e o formalismo com que até então eu era tratado diminuiu.

As entrevistas que realizei na AMAN transcorreram em clima bastante cordial e os cadetes demonstravam visível interesse pela pesquisa. Em geral, o fato de saberem que meu pai havia sido militar (embora já na reserva) e que eu estudara dois anos em um colégio militar facilitava a comunicação. Por outro lado, obviamente considerei a possibilidade de estar, em algum grau, sendo vítima de uma “encenação”. Os cadetes poderiam ter sido previamente orientados por seus superiores a passar uma determinada “versão oficial” da vida na instituição. Para ter segurança a esse respeito, fiz entrevistas em diversas situações: dentro e fora da AMAN (nos fins-de-semana, em suas casas), individualmente e em grupo. Com isso, tentava perceber se havia diferenças entre as entrevistas, preocupado que estava com a possibilidade de que meus entrevistados estivessem deliberadamente tentando me passar uma “visão oficial” ou algo do gênero. O resultado foi negativo. Também entrevistei ex-alunos que não terminaram o curso, por expulsão ou abandono. Mais uma vez, não encontrei diferenças entre essas entrevistas e as que fiz com cadetes na AMAN, no que toca a informações sobre a vida na instituição.

Para os cadetes e oficiais com quem conversei, bastava saber que o trabalho de pesquisa estava autorizado por seus superiores e que eu garantia o anonimato dos depoimentos. Preocupava-me, por outro lado, o fato de que, se viesse a mencionar, no texto final da pesquisa, algumas poucas características biográficas, isso poderia facilmente levar à identificação dos entrevistados. Uma das características básicas da instituição militar é o controle e conhecimento da vida do indivíduo, tanto por seus superiores quanto por seus colegas. Prefiri não correr esse risco.

Em um meio social em que o indivíduo está sempre aparente, “em público”, a entrevista surgia como uma rara oportunidade de *anonimato*. Como no tipo ideal do *stranger* descrito por Georg Simmel, ocorreu comigo receber muitas vezes confidências extremamente francas, que seriam cuidadosamente guardadas das pessoas mais próximas (Simmel 1971: 145).

Muitas vezes se enfatizam as barreiras interpessoais a vencer no processo de entrevista. Minha experiência entrevistando militares mostra, de

forma muito clara, como a compreensão de características do *círculo social* no qual o indivíduo está inserido é também fundamental para o bom desenrolar das entrevistas e da observação participante. Num círculo social *totalizante* como o da vida militar, a individualidade enquanto valor tende a ser menos acentuada, pois o militar idealmente transita entre poucos círculos sociais.⁵ Além disso, há uma acentuada concentração de interações no interior da instituição e uma padronização muito grande das possíveis trajetórias profissionais. Os militares passam por uma mesma socialização profissional (no caso brasileiro, estável por muitas décadas), vivem os mesmos ritos institucionais e *turning points* em suas carreiras. O efeito cumulativo dessas características sobre o processo de investigação é marcante. Em primeiro lugar, os roteiros das entrevistas também são, em grande medida, de fácil padronização. Por outro lado, são usados com frequência exemplos, imagens e expressões muitas vezes pouco familiares aos entrevistadores. Mais uma vez, torna-se evidente o fato de que, sem uma compreensão sociológica do significado que assumem, para os militares, questões como chefia, liderança, hierarquia e disciplina, fica difícil entender plenamente o que estão dizendo.

Ao final da investigação, ficou evidente a importância de ter sempre em vista o *conjunto* das entrevistas como universo de análise, e não entrevistas isoladas. Essa pode ser uma recomendação metodológica mais geral, mas no caso de entrevistas com militares me parece merecer maior ênfase, tendo em vista a clara *segmentação* do mundo militar. “O militar” é uma categoria complexa, englobando diferentes segmentos, definidos tanto verticalmente (diferentes níveis hierárquicos e gerações) quanto horizontalmente (diferentes forças – exército, marinha e aeronáutica – e armas – infantaria, artilharia etc.). “Segmentação” não deve ser confundida com “divisão”, pois se trata não da oposição entre grupos de diferente natureza, mas entre múltiplos grupos de igual natureza, rearranjados em função de situações particulares. A participação dos indivíduos em cada segmento dá a seus membros uma identidade específica, mas que existe apenas em função das situações em que é acionada, dissolvendo-se em unidades maiores em outras situações. Se as identidades de “infante” e de “artilheiro” podem ser acionadas em determinada situação como possuindo características opostas, em outras situações passam a fazer parte de uma mesma categoria por oposição a outras categorias mais amplas – como membros do exército, por oposição aos da marinha, por exemplo.⁶

⁵ Estou aqui aplicando uma idéia de Simmel (1971, cap. 18), para quem a importância do grupo varia na razão inversa do valor atribuído à individualidade.

⁶ Procuo seguir o espírito da análise que Evans-Pritchard (1940) fez das instituições políticas Nuer.

Para compor o quadro geral é preciso, portanto, selecionar uma *amostra* razoavelmente ampla para dar conta de todas as facetas do segmento de militares com que se está trabalhando, e nunca perder de vista a natureza não substancialista de toda identidade social. Sugiro ver a identidade não como algo constante, imutável, que “caracterizaria” um grupo, mas como uma variável que muda em função dos valores dos outros fatores, produzindo diferentes resultados — para usar uma idéia de Simmel (1977: 59), teríamos assim uma concepção “algébrica” da identidade.

A recepção do livro

Para encerrar, creio ser relevante mencionar a repercussão do livro, após sua publicação. *O Espírito Militar* tornou-se referência para boa parte da produção acadêmica sobre os militares no Brasil, e foi muito importante para minha trajetória acadêmica. Desde então, publiquei vários outros livros relacionados ao tema. Mas qual terá sido a recepção do livro por parte dos militares? Mesmo após todos esses anos, continuo sem uma resposta precisa para essa pergunta. Enviei a dissertação, no dia seguinte à sua defesa, ao comando da AMAN. Depois, fiz convites para o lançamento do livro (do qual doei dois exemplares para a biblioteca da instituição). No entanto, nunca obtive um retorno oficial a respeito do trabalho. Imaginava que pudesse ser convidado a conversar sobre o livro pelo comando da academia ou pelos oficiais envolvidos com o processo de formação dos cadetes, o que não ocorreu.⁷

Em parte, esse silêncio pode ser explicado pelo caráter dinâmico da carreira militar. Quando o livro foi publicado, muitos oficiais e a maioria dos cadetes com os quais conversei durante a pesquisa já haviam deixado a AMAN — por transferência ou formatura. Durante o lançamento, apenas um cadete apareceu. Disse-me que vários colegas tinham planejado comparecer, mas não puderam devido a uma manobra marcada para aquele dia.

Desse modo, fiquei restrito a opiniões esparsas, colhidas ao acaso, aqui e ali. Soube, por exemplo, que um chefe do Estado-Maior das Forças Armadas recomendou a seus subordinados a leitura do livro. Certa vez, um oficial me contou que ficou impressionado quando sua namorada, que desconhecia totalmente a rotina da vida militar, de repente começou a comentar detalhes do cotidiano da AMAN. Pouco depois, ele descobriu que a fonte “secreta” era *O Espírito Militar*. Em outras oportunidades, oficiais elogiaram a precisão com que a vida na AMAN havia sido descrita.

⁷ Apesar desse silêncio, sempre fui bem recebido nas poucas ocasiões em que voltei à AMAN para realizar outros trabalhos.

Tive contato posterior com apenas três dos cadetes entrevistados. Um deles disse algo que me impressionou: "O livro mudou minha vida: nunca mais chamei ninguém de *paisano*." Mas houve também reações negativas em relação ao livro, embora algumas por motivos curiosos e inesperados. Um tenente ficou incomodado com o fato de eu ter mantido as gírias e alguns palavrões nas citações da fala dos cadetes ("O que é que os civis vão pensar?"). Outro estranhou o fato de o símbolo da intendência ter aparecido na capa e nas vinhetas ao longo do texto. Seria um sinal de minha preferência pela intendência em detrimento das outras armas? A explicação é bem mais prosaica: o símbolo foi escolhido pelo programador visual por motivos puramente estéticos. Na preparação da segunda edição, para não repetir o mal-entendido, pedi à editora que esse símbolo fosse retirado.

Ao longo desses anos, *O Espírito Militar* tornou-se bem conhecido dos militares, embora não tenha sido lido na mesma proporção. Percebi que para muitos oficiais, mesmo sem ler o livro, a principal preocupação era saber se eu falava bem ou mal do exército, se eu era "amigo" ou "inimigo". Em parte, isso reflete a sensação de que a instituição era freqüentemente hostilizada na mídia e no mundo acadêmico. Também pode ser uma preocupação comum a quem exerce uma carreira voltada para um cenário de atuação no qual é preciso distinguir, com clareza, amigos de inimigos. A falta de consenso dos colegas sobre o livro sempre foi algo perturbador para os militares, em geral pouco familiarizados com o estilo e a natureza da pesquisa acadêmica.

BIBLIOGRAFIA

- BARROS, Alexandre de Sousa Costa, 1978, *The Brazilian Military: Professional Socialization, Political Performance and State Building*, tese de doutorado, Universidade de Chicago.
- BERGER, Peter, e Thomas LUCKMANN, 1978, *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Vozes.
- CARVALHO, José Murilo de, 1978, "As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador", *História Geral da Civilização Brasileira* 9, São Paulo, Difel, 181-234.
- CASTRO, Celso, 1990, *O Espírito Militar: Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- DOORN, Jacques van, 1975, *The Soldier and Social Change*, Bervely Hills e Londres, Sage.
- DORNSBUCH, Sanford M., 1955, "The Military Academy as an Assimilating Institution", *Social Forces*, XXXIII, Maio, 316-321.
- EVANS-PRITCHARD, E. E., 1940, *The Nuer*, Oxford, Clarendon.
- GOFFMAN, Erving, 1974, *Manicômios, Prisões e Conventos*, São Paulo, Perspectiva.
- JANOWITZ, Morris, 1971, *The Professional Soldier*, Nova Iorque, Free Press; Londres, Collier-MacMillan.
- LEIRNER, Piero de Camargo, 1997, *Meia-volta, Volver: um Estudo Antropológico sobre a Hierarquia Militar*, Rio de Janeiro, Ed. FGV.
- MASLAND, John, e Lawrence I. RADWAY, 1957, *Soldiers and Scholars: Military Education and National Policy*, Princeton, Princeton University Press.
- MILLS, Charles Wright, 1975, *A Elite do Poder*, Rio de Janeiro, Zahar.
- SIMMEL, Georg, 1971, *On Individuality and Social Forms*, Chicago, The University of Chicago Press.
- , 1977, *The Problems of the Philosophy of History*, Nova Iorque, The Free Press.
- TAKAHASHI, Emilia Emi, 2002, *Homens e Mulheres em Campo: a Construção da Identidade Militar*, tese de doutorado em educação, Campinas, Unicamp.
- VIDICH, Arthur, e Maurice STEIN, 1960, "The Dissolved Identity in Military Life", A. J. VIDICH, M. R. STEIN, e D. M. WHITE (orgs.), *Identity and Anxiety*, Nova Iorque, Free Press of Glencoe; Londres, Collier-MacMillan, 439-500.

Celso Castro

Celso Castro

THE PROFESSIONAL SOCIALIZATION OF THE
BRAZILIAN MILITARY: NOTES ON AN
ANTHROPOLOGICAL STUDY IN THE
BARRACKS

This article is about an anthropological study of the process of professional socialization of the Brazilian Army's cadets at the Military Academy of Agulhas Negras (AMAN), the only institution in Brazil responsible for the basic formation of career officers. The main subject is the way cadets apprehend symbolic mechanisms that differentiate them from the civilian world. Special attention is given to some methodological aspects of the research, such as participant observation and interviews. At the end, the author makes some remarks on the reception of the study's results by the military.

Fundação Getúlio Vargas/CPDOC e Departamento
de Sociologia e Política da PUC-Rio
celso@fgv.br